

“Pagamentos dependem do FMI”

por Livia Ferrari
do Rio

“Se não houver acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), continuaremos a realizar nossos pagamentos ao fundo, mas haverá menos recursos para acordos com os bancos, porque a proposta brasileira de renegociação da dívida externa parte da hipótese de que virá dinheiro do FMI.” A afirmação foi feita pelo embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa, Jório Dauster, ao comentar notícias veiculadas por banqueiros internacionais de que o FMI rejeitará a proposta de acordo feita pelo governo brasileiro.

Dauster, que esteve no

Rio na sexta-feira, proferindo palestra para os estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), destacou que a proposta brasileira vai exigir todo um trabalho de convencimento junto aos credores internacionais, no sentido da demonstração de números, do raciocínio e das razões do projeto. “As cifras contidas na proposta de renegociação resultam de profundas análises macroeconômicas e de um sério planejamento. Elas não saíram da cartola”, destacou ele, ao repetir que não há possibilidade de negociações na essência da proposta, que “garante a estabilização financeira e a retomada de crescimento do País”.

Embora frise que “não vai renegociar a dívida através da imprensa”, Dauster voltou a afirmar que existem alguns pontos da proposta passíveis de negociação, entre eles os prazos previstos para pagamentos. “Esses prazos poderão ser discutidos e até mesmo alongados”, disse ele, em tom de brincadeira.

Acrescentou ainda que o Brasil está pronto para ouvir qualquer contraproposta dos credores que se compatibilize com a possibilidade de o País efetuar pagamentos sem usar meios inflacionários ou gerar estagnação econômica.

Ele informou que a co-

missão de especialistas dos bancos credores que chegará ao Brasil nesta segunda-feira a convite do Brasil (os técnicos do Citibank e Bank of America já estão no País) tem por objetivo único tomar conhecimento técnico da proposta brasileira. “Essa comissão não vai negociar nada”, explica Dauster.

Ele voltou a dizer que o País não fará, neste ano, nenhum desembolso para o pagamento da dívida com os bancos privados e destacou que o Brasil realizará em 1990 pagamentos totais no valor de US\$ 7 bilhões, relativos a dívidas com o Clube de Paris, FMI, BIRD, BID e bônus de curto prazo.